

## **“ESTRATÉGIA PARA A DEMOCRATIZAÇÃO DAS OPORTUNIDADES EDUCACIONAIS”.<sup>1</sup>**

José Leão M. Falcão Filho<sup>2</sup>

O desenvolvimento deste tema implica em um esclarecimento inicial sobre o que entendo por democracia e democratização.

Alain Touraine em livro de grande êxito, recentemente publicado no Brasil, nos ensina que “a cultura democrática não é somente a difusão das idéias democráticas, um conjunto de programas de educação de televisão ou de publicações para o grande público. Reduz-se, tampouco, a um discurso que será tanto mais facilmente recebido- como é do conhecimento de todos – à medida que for mais genérico e, “puder ser utilizado...” conforme as idéias e interesse de cada um. (3) Isto foi o que aconteceu, no campo da educação brasileira, nos últimos anos.

O conceito de democracia sofreu distorções de tal ordem que algumas pessoas, entre as quais, políticos e educadores julgaram-se no direito de construir, cada um, o seu próprio conceito de democracia e a partir daí passaram a utilizá-lo para servir aos seus próprios interesses.

Por exemplo, confundiu-se democratização das oportunidades educacionais com o aumento de vagas nas escolas públicas ou mesmo com a construção de suntuosos prédios escolares; é o compromisso com o quantitativo em detrimento do qualitativo. Em muitos casos, o aumento da oferta de vagas apenas propiciou o crescimento da má qualidade do ensino.

É possível sim, que o aumento de vagas nas escolas públicas seja um indicador de democratização de oportunidades, mas não a própria democratização, pois sem que essas oportunidades educacionais se concretizem através de um ensino de qualidade, elas deixarão de ser ao mesmo tempo, oportunidades e democratização de oportunidades.

A preocupação com a quantidade, como sinônimo de democratização acabou, em muitos estados e municípios, não em todos, por descomprometer o poder público com a qualidade do ensino oferecido.

---

(1) Texto apresentado no Fórum Regional de Educação-VI promovido pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento Comunitário-INDEC, em 27/8/98, na cidade de Contagem, Minas Gerais.

(2) Diretor Geral de Cursos e Escolas Brasileiras de Belo Horizonte e Professor e Coordenador do Curso de Pós-graduação Lato Sensu de Supervisão da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

A definição de uma estratégia capaz de conduzir a uma democratização das oportunidades educacionais passa inicialmente pelo entendimento de um determinado conceito de democracia, não para qualquer conceito.

A democracia salienta Touraine, “não é somente um conjunto de garantias institucionais ou o reino da maioria, mas antes de tudo o respeito pelos projetos individuais e coletivos, que combinam a afirmação de uma liberdade pessoal com o direito de identificação com uma coletividade social...”(4)

A democracia é um regime em que a maioria reconhece os direitos das minorias de não somente participarem da definição dos projetos dessa maioria, mas como também deles discordar sem que por isso venham a ser penalizados pela maioria de uma coletividade ou pelas ações dos eventuais detentores do poder político, mesmo que tenham sido levados a ele por uma maioria de eleitores.

O processo democrático é, na realidade, a tentativa “do ser humano de opor resistência mais sólida a qualquer tentativa de poder absoluto, até mesmo validado por uma eleição e, ao mesmo tempo suscita a vontade de criar e preservar as condições institucionais da liberdade pessoal”. (5)

Enfim, a democracia é o meio através do qual os indivíduos “impregnados de sua cultura e liberdade” lutam “contra a lógica dominadora dos sistemas”. (6)

Em qualquer sociedade, as pessoas que exercem o poder político, os governantes e seus representantes, têm a tendência de impor sua própria vontade e seu próprio interesse em detrimento da vontade e dos interesses dos demais cidadãos, que devem lutar para que o direito daqueles que não detendo o controle do poder político tenham, entretanto, o direito de se fazerem ouvir, e sendo ouvidos, tenham, a oportunidade de influenciarem nas decisões dos governantes ou de seus representantes.

Esta é a essência do processo democrático, seja ele desenvolvido nas nações ou em qualquer atividade, entre as quais podemos incluir, naturalmente, a educação e o principal instrumento de sua concretização, as escolas.

A participação dos cidadãos no processo decisório das sociedades é, pois, a essência da sociedade democrática; a participação dos profissionais da educação e da comunidade no processo decisório do sistema educacional e por extensão das escolas, é, a meu ver, a essência, a característica básica da democratização na educação e nas escolas.

Se os governantes ou seus representantes, Secretarias de Educação, diretores, superintendentes, etc, não ouvem os profissionais da educação, a comunidade e as suas lideranças quando tomam as decisões, não podem falar em democracia ou democratização,

porque falta às suas ações, a essência da democracia: o direito dos que não detém o poder, a maioria dos envolvidos no processo, de serem ouvidos; o direito de se manifestarem, sem que venham a sofrer represálias em decorrência de suas posições divergentes; e sem que esses sagrados direitos das pessoas sejam considerados e respeitados, não pode existir democracia ou democratização, seja nas nações, no sistema educacional ou nas escolas.

A democracia ao reconhecer a existência de grupos minoritários divergentes dos majoritários, reconhece que duas das características básicas dos seres humanos são sua peculiaridade e a sua especificidade;

Cada ser humano é um ser em particular e dessa forma diverso dos demais o que não lhe tira o direito de ter sua própria visão das questões que lhe dizem respeito, direta ou indiretamente.

Mas a concretização dos objetivos educacionais sejam os da cúpula do sistema, (Ministério e Secretarias Municipais e Estaduais de Educação e Conselhos Nacional e Estaduais de Educação), sejam os da base, (as escolas), exige que haja na atuação das pessoas e dos órgãos, indiscutivelmente, unidade nas ações que visem o alcance dos objetivos educacionais comuns.

Mas cada ser humano seja ele profissional da educação, pai, aluno, político ou qualquer outro, como assinalamos, é peculiar e específico e como tal, tem sua própria visão da educação e, conseqüentemente, de quais objetivos educacionais entende devam ser alcançados, como também quanto aos meios que deverão ser utilizados. Dessa forma, todas as pessoas envolvidas nas atividades educacionais convivem, permanentemente, com uma característica humana: a diversidade entre as pessoas e entre os grupos e como tal provocadora de outras diversidades.

Diversidade quanto aos fins educacionais; Diversidade quanto aos meios a serem utilizados na concretização desses fins; Diversidade nas crenças, nos valores e nas concepções do que sejam educação, escola e ensino; diversidade em relação às concepções que possuem quanto ao que sejam educação, escola e ensino de qualidade.

Um outro tipo de diversidade diz respeito aos contextos políticos, sociais e econômicos nos quais estão inseridos, os alunos, seus pais, os profissionais da educação e a própria escola.

Toda essa diversidade entre pessoas e contextos acaba por tornar a busca da unidade de propósitos na educação uma tarefa de grande complexidade. Alcançar, portanto, unidade de ação ou das ações num ambiente de grande diversidade como aqueles que caracterizam as escolas e os diversos contextos onde estão inseridas, é uma tarefa que exige um grande

esforço e será maior na medida em que forem maiores os compromissos daqueles que irão desenvolver esforços com a intenção de concretizarem os objetivos educacionais com os quais se comprometeram.

Duas são as principais dificuldades de se conseguir a unidade na diversidade. A primeira, diz respeito à necessária conciliação entre os interesses particulares dos indivíduos e os da coletividade; entendendo-se esta coletividade tanto no nível micro, a escola e a comunidade na qual está inserida, como em nível macro, a cidade, o estado ou a nação; A Segunda - a geração de ações capazes de serem aplicadas em contextos políticos, sociais e econômicos, tão diversos como os que caracterizam, não só Minas Gerais, mas todo o Brasil.

A conciliação, portanto, das diversidades que caracterizam os seres humanos e os contextos onde estão inseridos, com a necessidade da unidade nas ações que se destinam a viabilizar os objetivos educacionais é o meio pelo qual será possível o aproveitamento, somente das forças positivas que caracterizam os indivíduos e as coletividades, permitindo neutralizar suas possíveis fraquezas que se manifestam, quase sempre, no confronto entre os interesses individuais e os da coletividade.

“O espírito democrático apóia-se nessa consciência da interdependência da unidade com a diversidade e alimenta-se em um debate permanente sobre a fronteira, constantemente móvel, que separa uma da outra e sobre os melhores meios de reforçar a associação entre ambas”. (7)

Para que seja viabilizada essa unidade, na diversidade, torna-se necessário que se desenvolvam ações que respeitem e consideram essa diversidade, ou seja, que haja liberdade para que os indivíduos e as coletividades, sejam ouvidos e tenham, dessa forma, condições de influenciar nas decisões dos detentores do poder político ou de seus representantes no que lhes dizem respeito, através das forças da diversidade individual e coletiva.

E é a integração entre os indivíduos, entre eles e a coletividade, e entre os interesses deles e das coletividades que permite que as formas de convivência democrática numa sociedade se construam e se reconstruam a cada ação de cada indivíduo esteja ele exercendo o poder político ou a ele submetido.

A democracia ao reconhecer estas peculiaridades e especificidades do ser humano e do contexto político, social, econômico e cultural que o envolve transforma-se num “esforço permanente de combinação entre unidade e diversidade, liberdade e integração”. (8)

Qual, portanto, deve ser a estratégia a ser adotada para se obter a democratização de oportunidades educacionais?

Uma estratégia que compreenda pelo menos duas vertentes:

-A UNIDADE NA DIVERSIDADE

-A INTEGRAÇÃO COM LIBERDADE

Como nos ensinou Guimarães Rosa, Minas são muitas; com esta afirmativa o imortal escritor nos lembra que são diversas as realidades político-sócio-econômicas-culturais de Minas Gerais. E, como nos ensina a psicologia, a sociologia e a antropologia, os seres humanos e os grupos que se formam, são igualmente muitos, infinitos nas suas especificidades e peculiaridades.

O educador mineiro esteja ele na cúpula do sistema educacional ou na sua base, as escolas, não pode esquecer esta verdade, psico-sócio-política-antropológica, a qual deverá fundamentar a sua definição dos fins educacionais com os quais irá se comprometer, bem como dos meios que irá utilizar para viabilizá-los.

As normas que devem reger as escolas de Pedra o Azul, necessariamente, não deverão ser as mesmas do triângulo; as normas e orientações a serem seguidas em Belo Horizonte, dificilmente poderão ser as mesmas em Montes Claros.

A tentativa de tornar as escolas públicas iguais, através da sua submissão às normas únicas, leva ao mesmo lugar de quando se pretende fazer com que as pessoas, sejam iguais: à destruição, sejam elas as pessoas ou as escolas.

Não há dúvida de que há necessidade de se obter unidade de ação em um sistema, mas que não se confunda unidade com uniformidade de ação.

Há necessidade sim, de se conseguir um caminhar único na direção de objetivos comuns, os comuns, pois um estado como Minas Gerais ou um país como o Brasil, têm objetivos comuns em relação à educação, mas os têm também específicos, frutos da especificidade das diversas realidades políticas, sociais, econômicas e culturais que envolvem a população brasileira ou mineira.

Uma efetiva estratégia de democratização das oportunidades educacionais passa inevitavelmente pela possibilidade de se articular as múltiplas diversidades políticas, sociais, econômicas, culturais e humanas que caracterizam Minas Gerais.

A unidade num processo de democratização das oportunidades educacionais passa, portanto, pela conciliação, articulação, coordenação e integração dessas múltiplas diversidades que caracterizam o povo mineiro e seus municípios.

Isto significa dizer que a organização, implantação e implementação de um Sistema Mineiro de Educação, comprometido com a democratização das oportunidades educacionais, compreende, necessariamente, a capacidade do governante e de seus representantes de conciliar, articular, coordenar e integrar os objetivos educacionais do estado com as diversas

realidades políticas, sociais, econômicas, culturais, educacionais, empresariais e sindicais do estado, de uma maneira geral e dos municípios em particular; Inclui, enfim, o compromisso de ter como base para essa conciliação as escolas públicas estaduais e municipais, bem como as instituições privadas de ensino, pois são as escolas e seus profissionais que constituem o principal instrumento viabilizador dos objetivos de qualquer sistema de ensino.

Mas a busca da unidade na diversidade, não se aplica apenas em nível macro nas relações entre as escolas e a cúpula do sistema educacional, aplica-se também, com a mesma importância e significado político, nas relações entre o corpo técnico administrativo das escolas representado pelos dirigentes e, os demais profissionais da escola( coordenadores, supervisores, orientadores e os professores), bem como com a comunidade onde está localizada a escola.

É cada vez mais necessária a integração entre as escolas e a comunidade. Não se trata apenas de uma técnica para fazer com que as comunidades tomem conhecimento do que os profissionais realizam no interior da escola. Essa integração torna-se necessária, essencialmente, por, pelo menos, duas razões: Uma de ordem política; outra de ordem técnica.

Sob o ponto de vista político, a sociedade representada pela comunidade tem o direito de interferir na forma como as escolas se organizam para educar seus filhos, sendo, portanto, uma obrigação da escola prestar contas do que faz àqueles que são responsáveis pelos seus alunos; Sob o ponto de vista técnico-pedagógico, somente integrando-se e articulando-se com a comunidade a escola conhecerá as necessidades de seus alunos, bem como suas características. Necessidades e características dos alunos e de suas famílias constituem a principal matéria prima a ser utilizada pela escola e seus profissionais para elaborarem, implantarem e implementarem sua proposta pedagógica.

São diversas as características dos profissionais que estão nas escolas e como tal exigem dos responsáveis por elas a capacidade de compreender as peculiaridades que os caracterizam, pois só assim procedendo serão capazes de encontrarem os melhores caminhos para a gestão, a orientação, a coordenação e a articulação das atividades administrativas e pedagógicas da escola, processo viabilizador dos objetivos da escola. Esta é a única forma de a escola conseguir uma unidade na diversidade que caracteriza seus profissionais e alunos, mostrando-se capaz de gerar uma proposta pedagógica que concretize os objetivos com os quais todos na escola deverão estar comprometidos.

Portanto, também, em nível das escolas, uma estratégia de democratização das oportunidades educacionais, passa, inevitavelmente, pela capacidade dos profissionais da

escola, docentes e dirigentes, de serem capazes de construir uma unidade através da diversidade que caracteriza seus alunos e seus profissionais.

Mas tal unidade não poderá ser construída nas diversidades que individualizam as realidades humanas, sociais e econômicas do território mineiro, se não for utilizada a ferramenta básica capaz de integrar sonhos, anseios, necessidades, aspirações, diferenças, especificidades e capacidades: a ferramenta da liberdade.

Só com liberdade será possível integrar as pessoas, as comunidades, os municípios e as escolas mineiras com as suas necessidades, suas aspirações, seus recursos, suas diferenças, suas forças, suas fraquezas, seus anseios e seus sonhos.

UNIDADE E INTEGRAÇÃO, COM LIBERDADE, NA DIVERSIDADE, É A ESTRATÉGIA A SER ADOTADA POR TODOS AQUELES QUE PRETENDEREM CONTRIBUIR PARA A DEMOCRATIZAÇÃO DAS OPORTUNIDADES EDUCACIONAIS NO TERRITÓRIO MINEIRO.

**BIBLIOGRAFIA:**

3-TOURAINÉ Alain. O que é democracia. Petrópolis, vozes, 1994. P.155. 2ª ed.

4-idem, p.26

5-idem, p.156

6-idem, p.24

7-idem, p.29

8-idem, p.29.